



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC – 03.997/16

Administração direta municipal. PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL da MESA da CÂMARA MUNICIPAL de ALAGOINHA, correspondente ao exercício de 2015. Regularidade. Atendimento integral das exigências da LRF.

A C O R D Ã O A P L - T C - 0 0 0 3 0 / 1 7

RELATÓRIO

01. O **Órgão de Instrução** deste Tribunal, nos autos do **PROCESSO TC-03.997/16**, analisou a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL**, relativa ao **exercício de 2015**, de responsabilidade da **MESA da CÂMARA de VEREADORES do MUNICÍPIO de ALAGOINHA**, sob a Presidência do Vereador LUCIANO ANTONIO ARAÚJO e emitiu o relatório de fls. 59/65, com as colocações a seguir resumidas:
 - a. Apresentação no prazo legal e de acordo com a **RN-TC-03/10**.
 - b. As transferências recebidas pela Câmara foram da ordem de **R\$ 972.668,58** e a despesa orçamentária **R\$ 972.863,43**.
 - c. A despesa total do legislativo representou **7,04%** da receita tributária e transferências.
 - d. A despesa com pessoal da Câmara representou **61,89%** das transferências recebidas.
 - e. **Normalidade** da remuneração dos vereadores, inclusive do Presidente.
 - f. Quanto à **gestão fiscal**, registrou-se o **atendimento integral** aos preceitos da **LRF**;
 - g. Quanto aos demais aspectos da **gestão geral**, registrou-se a **ultrapassagem dos limites** quanto à **despesa orçamentária** em relação à **transferência recebida (R\$ 194,85)** e quanto à **despesa total do legislativo** em relação ao limite fixado na Constituição Federal (**R\$ 5.999,73**).
02. Em razão das **conclusões técnicas**, o gestor **não foi notificado para apresentar defesa** e os autos foram encaminhados ao **MPjTC** para análise e parecer.
03. O **MPjTC**, em **Parecer** de fls. 55/57, opinou pela:
 - a. **REGULARIDADE** da prestação de contas em apreço, de responsabilidade do Vereador-Presidente da Câmara Municipal de Alagoinha, Sr. Luciano Antônio de Araújo, relativas ao exercício de 2015;
 - b. **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO INTEGRAL** aos preceitos da LRF;
 - c. **RECOMENDAÇÕES** à Câmara Municipal de Alagoinha no sentido de guardar estrita observância aos termos da Constituição Federal, das normas infraconstitucionais e ao que determina esta Egrégia Corte de Contas em suas decisões, evitando a reincidências das falhas constatadas no exercício em análise.
04. O processo foi incluído na pauta da presente sessão, **dispensadas as comunicações de praxe**.

VOTO DO RELATOR

- ✓ Relativamente à **gestão fiscal**, observou-se o **atendimento integral** aos preceitos da **LRF**.
- ✓ Quanto aos demais aspectos da **gestão geral**, entendo:
 - Quanto os **excessos** detectados são **ínfimos**, bastando uma **recomendação à atual Mesa da Câmara Municipal** no sentido de observar os **limites legais** para a **despesa do Poder Legislativo**.
 - Quanto à **remuneração dos agentes políticos**, já expressei por diversas vezes meu entendimento no sentido de considerar para o cálculo de observância aos parâmetros a **remuneração dos Deputados Estaduais** (inclusive do Presidente da Assembléia) vigente à época da fixação dos **subsídios dos vereadores**. No caso, as leis aplicáveis são a **Lei Estadual nº 9.310/10 c/c Lei nº 10.061/13**. Acatando-se os diplomas legais citados, a **remuneração do Presidente da Câmara Municipal de ALAGOINHA** e de **cada Vereador** passa a ter os **seguintes limites**:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Discriminação	Valor (R\$)	%
Remuneração do Deputado Estadual	240.504,00	
Remuneração do Presidente da Assembléia Legislativa	360.756,00	
Limite base dos Vereadores	72.151,20	30,00
Limite base do Presidente da Câmara	108.226,80	30,00
Remuneração de cada Vereador	48.000,00	19,96
Remuneração do Presidente da Câmara	72.000,00	19,96

Não há, portanto, excesso remuneratório.

O **Relator vota** pela:

1. Regularidade das contas prestadas referentes ao exercício 2015, da Mesa da Câmara de Vereadores do Município de ALAGOINHA, de responsabilidade do Sr. LUCIANO ANTONIO ARAÚJO;
2. Declaração de atendimento integral das exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal;
3. RECOMENDAÇÃO à atual gestão, para que acompanhe a execução orçamentária, de modo a não extrapolar o limite máximo de despesas fixado na Constituição, bem como para que as despesas orçamentárias não ultrapassem as transferências recebidas pela Câmara.

DECISÃO DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC-03.997/16, os MEMBROS do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), na sessão realizada nesta data, ACORDAM, à unanimidade, em:

1. ***JULGAR REGULARES as contas prestadas referentes ao exercício 2015, pela Mesa da Câmara de Vereadores do Município de ALAGOINHA, de responsabilidade do Sr. LUCIANO ANTONIO ARAÚJO;***
2. ***Declarar o ATENDIMENTO INTEGRAL das exigências da LRF;***
3. ***RECOMENDAR à atual gestão, para que acompanhe a execução orçamentária, de modo a não extrapolar o limite máximo de despesas fixado na Constituição, bem como para que as despesas orçamentárias não ultrapassem as transferências recebidas pela Câmara.***

Sala das Sessões do Tribunal Pleno do TCE/PB - Plenário Ministro João Agripino.
João Pessoa, 15 de fevereiro de 2017.

Conselheiro André Carlo Torres Pontes - Presidente

Conselheiro Nominando Diniz – Relator

Sheyla Barreto Braga de Queiroz
Procuradora Geral do Ministério Público junto ao Tribunal

Assinado 16 de Fevereiro de 2017 às 16:32



Cons. André Carlo Torres Pontes
PRESIDENTE

Assinado 16 de Fevereiro de 2017 às 08:56



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
RELATOR

Assinado 16 de Fevereiro de 2017 às 09:05



Sheyla Barreto Braga de Queiroz
PROCURADOR(A) GERAL